

**PLANO DE CONTINGÊNCIA
DO TURISMO DE PORTUGAL
PARA O NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).**

INTRODUÇÃO

De acordo com a informação disponibilizada pela Direção Geral da Saúde, o Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças (ECDC) considera que existe, neste momento, um risco moderado a elevado de importação de casos de Coronavírus — intitulado de COVID -19 — nos países da União Europeia/Espaço Económico Europeu (UE/EEE), sendo o risco de transmissão secundária na UE/EEE baixo a moderado, desde que sejam cumpridas as práticas de prevenção e controlo de infeção adequadas.

Neste sentido, encontrando-se o grau de risco em constante avaliação pelas entidades competentes da área governativa da saúde, o Governo adotou, desde já, um conjunto de ações em termos de planeamento e coordenação de recursos multissetoriais, de modo a diminuir os impactos sociais e económicos que possam vir a ocorrer por vicissitudes várias do funcionamento dos empregadores públicos, mantendo, tanto quanto possível, a operacionalidade dos serviços e estabelecimentos na continuidade da prestação do serviço público.

Nestes termos, foi determinado que os empregadores públicos que, à data, ainda não tenham elaborado um plano de contingência, o devem efetuar alinhado com as orientações emanadas pela Direção Geral da Saúde (DGS), disponíveis em <https://www.dgs.pt/corona-virus>, nomeadamente a Orientação n.º 6/2020, de 26/02/2020.

Procedeu-se assim à elaboração do presente **Plano de Contingência para os serviços centrais do Turismo de Portugal, incluindo o Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos (neste último, englobando as áreas de inspeção do jogo territorial e de jogo ilícito nas instalações da Póvoa de Santa Iria)**,

Importa ter presente que as áreas de inspeção de jogos, face à especificidade da sua atividade de fiscalização de casinos, sala de máquinas e salas de bingo, encontram-se sedeadas em instalações das concessionárias (Casinos e Bingos). Nesse sentido, estão asseguradas pelos concessionários dos casinos e sala de máquinas, as orientações da Direção Geral de Saúde, nomeadamente no que respeita à existência de salas de “isolamento” nos seguintes casinos:

- Casino de Lisboa
- Casino do Estoril
- Casino de Tróia
- Casino da Figueira da Foz
- Casino de Espinho
- Casino da Póvoa de Varzim
- Casino de Chaves
- Casino da Praia da Rocha
- Casino de Vilamoura

- Casino de Monte Gordo
- Casino da Madeira
- Casino de São Miguel
- Sala de Máquinas Ilha Terceira

De acordo com as orientações governamentais, os serviços desconcentrados ou os serviços que apresentem dispersão geográfica podem elaborar vários planos de contingência, face às especificidades de cada situação.

Nesse sentido, e considerando a especificidade das Escolas de Hotelaria e Turismo do Turismo de Portugal, enquanto serviços territorialmente desconcentrados, é igualmente elaborado, em documento autónomo, um **Plano de Contingência Geral das Escolas**, o qual se constitui como a base para os **12 Planos de Contingência de cada Escola**, os quais, entre outros aspetos, identificam em cada uma das instalações a localização da área de isolamento, assim como as correspondentes responsabilidades (identificando os trabalhadores que acompanham/prestam assistência ao trabalhador com sintomas).

O presente Plano encontra-se elaborado de acordo com a estrutura disponibilizada pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), no âmbito do apoio institucional aos demais serviços públicos, e que acompanha os requisitos enunciados na referida Orientação n.º 006/2020 da DGS.

O presente documento que, face à matéria em causa, deve assumir um carácter claramente evolutivo, ajustável e atualizável, sempre que justificável.

Na verdade, a elaboração do Plano de Contingência teve em conta a análise das possíveis consequências no funcionamento dos serviços centrais, em particular nas áreas críticas de atividade, perante diferentes cenários de absentismo e disfunção social.

As medidas necessárias, a sua calendarização, bem como as responsabilidades de cada pessoa dentro da instituição, devem ser ajustadas aos diferentes cenários de evolução da infeção pelo novo Coronavírus, a fim de assegurar que cada um saiba o que fazer em situação de crise e o que esperar das ações desenvolvidas por si e pelos outros.

ENQUADRAMENTO

1.1. O que é o Corona Vírus – Covid-19?

Os coronavírus são uma família de vírus conhecidos por causar doença no ser humano. A infeção pode ser semelhante a uma gripe comum ou apresentar-se como doença mais grave, como pneumonia.

O novo coronavírus, designado COVID-19, foi identificado pela primeira vez em dezembro de 2019 na China, na cidade de Wuhan. Este novo agente nunca tinha sido identificado antes em seres humanos.

1.2. Principais sintomas

As pessoas infetadas podem apresentar sinais e sintomas de infeção respiratória aguda como febre, tosse e dificuldade respiratória.

Em casos mais graves pode levar a pneumonia grave com insuficiência respiratória aguda, falência renal e de outros órgãos e eventual morte.

1.3. Tempo de incubação

O período de incubação ainda se encontra sob investigação; no entanto, estima-se que seja de 2 a 12 dias. Como medida de precaução, a vigilância ativa dos contactos próximos decorre durante 14 dias desde a data da última exposição a caso confirmado.

1. PLANO DE CONTINGÊNCIA

2.1. Medidas de intervenção imediata no Turismo de Portugal

No sentido de impedir a propagação do COVID19 na comunidade, os trabalhadores do Turismo de Portugal devem seguir as seguintes orientações:

- Sempre que tal se revele possível, devem ser substituídas as deslocações em serviço, em especial às regiões onde exista transmissão ativa do COVID19 na comunidade (informação atualizada em permanência no site da DGS), pela utilização de plataformas de reuniões/meios de trabalho à distância;
- Deve igualmente ser evitada a realização de reuniões ou outro tipo de encontros que, pela acumulação de participantes, possam constituir risco de focos de transmissão, devendo essas atividades ser reagendadas;
- Em caso de participação, por parte de colaboradores do Turismo de Portugal, em reuniões/atividades similares fora do instituto, deverão assegurar que estão cumpridas, pelos organizadores das mesmas, as recomendações emanadas pela DGS e/ou OMS com à vista à mitigação de riscos de transmissão;
- Os colaboradores que regressem de viagem de locais afetados devem, de acordo com a Informação 005/2020 da Direção Geral de Saúde, adotar os seguintes procedimentos:
 - Estar atentos ao aparecimento de febre, tosse ou dificuldade respiratória;
 - Verificar se alguma das pessoas com quem conviveu de perto, desenvolveu sintomas (febre, tosse ou dificuldade respiratória);
 - Caso apareça algum dos sintomas referidos (no próprio ou nos seus conviventes), não se deslocar de imediato aos serviços de saúde, mas ligar para a linha saúde 24 (808 24 24 24) e seguir orientações que lhe forem transmitidas e informar a respetiva chefia direta;
 - Nos 14 dias após o regresso, promover um distanciamento social responsável, nomeadamente, não permanecendo em locais muito frequentados e fechados.
- Todos os colaboradores do Turismo de Portugal devem ainda seguir as seguintes recomendações da DGS:
 - Lavar frequentemente as mãos com água e sabão, esfregando-as bem durante pelo menos 20 segundos, especialmente antes e após a preparação de alimentos, antes das refeições, após o uso da casa de banho e sempre que as mãos estejam sujas;
 - Usar, em alternativa, para higiene das mãos uma solução à base de álcool, as quais se encontram já colocadas nas zonas estratégicas recomendadas pela DGS;

-
- Usar lenços de papel de utilização única para se assoar;
 - Deitar os lenços usados num caixote do lixo, lavando as mãos de seguida;
 - Tossir ou espirrar para o braço com o cotovelo fletido, e não para as mãos;
 - Evitar tocar nos olhos, no nariz e na boca com as mãos sujas ou contaminadas com secreções respiratórias.
- Em caso de aparecimento de sintomas, que configurem um caso suspeito de acordo com a orientação da DGS, isto é, caso apresente infeção respiratória aguda (febre ou tosse ou dificuldade respiratória) requerendo ou não hospitalização, tenha viajado para áreas com transmissão comunitária ativa nos 14 dias antes do início de sintomas, ou tenha contactado com caso confirmado ou provável de infeção por SARS-CoV-2/COVID-19, nos 14 dias antes do início dos sintomas, ou ainda um profissional de saúde ou pessoa que tenha estado numa instituição de saúde onde são tratados doentes com COVID-19, devem contactar a Linha SNS24 (808 24 24 24).

Em face da evolução da situação, serão equacionadas pelo Conselho Diretivo, a eventual ocorrência das seguintes situações:

- Redução ou suspensão do período de atendimento, consoante o caso;
- Suspensão de eventos ou iniciativas públicas, realizados quer em locais fechados quer em locais abertos ao público;
- Suspensão de atividades de formação presencial, dando preferência a formações à distância;
- Suspensão da aplicação de métodos de seleção que impliquem a presença dos candidatos, no âmbito de procedimentos concursais;
- Suspensão do funcionamento de bares, cantinas, refeitórios e utilização de outros espaços comuns.

2.2. Identificação dos efeitos que a infeção de trabalhador(es) pode causar no serviço ou entidade

Na eventualidade de parte ou a totalidade dos trabalhadores do Turismo de Portugal não ir trabalhar devido a doença, suspensão de transportes públicos, encerramento de escolas, entre outras situações possíveis, identificam-se como processos críticos, os seguintes:

2.1.1. Processos Críticos Identificados

Identifica-se desde já os seguintes processos e atividades que podem assumir o maior nível de criticidade em contexto de forte absentismo de trabalhadores por força da infeção:

UNIDADE ORGÂNICA	PROCESSO/ATIVIDADE	POSSÍVEL EM TELETRABALHO/ TELECONFERÊNCIA
CONSELHO DIRETIVO	Assegurar e apoiar no acompanhamento das atividades essenciais, na coordenação interna e na representação externa do instituto	SIM
SERVIÇO DE REGULAÇÃO E INSPEÇÃO DE JOGOS	1. Atividade de inspeção a casinos e bingos; 2. Atividade de combate ao jogo ilícito; 3. Inspeção do Jogo on-line	1. Redução da presença à abertura e encerramento; 2. SIM 3. SIM
FINANCEIRA E TECNOLOGIAS	Expediente; Operações de Tesouraria e Contabilidade, com especial enfoque nos Pagamentos e Recebimentos; Procedimentos de contratação pública em curso; Acompanhamento execução orçamental; Gestão de acessos e trabalho à e na rede remotamente; Gestão de equipamento informático	SIM
JURÍDICA	Receção e encaminhamento de notificações judiciais	SIM
RECURSOS HUMANOS	Processamento salarial de abonos, encargos e descontos	SIM
COMUNICAÇÃO	Assegurar a comunicação interna e institucional; Relações com a comunicação social	SIM

O Turismo de Portugal, através da DRH, irá adicionalmente identificar junto de cada uma das Direções:

- outros processos e atividades que possam assumir maior nível de criticidade em contexto de forte absentismo;
- trabalhadores que, em função da especificidade das suas atribuições funcionais, deverão ser indicados para **Regime de Teletrabalho**, não devendo exceder, exceto em casos excecionais, os 50% da constituição global da equipa.

2.2 Preparação para fazer face a um possível caso de infeção por COVID-19 de trabalhador(es)

Nota prévia: Os trabalhadores que prestem serviço em instalações sob responsabilidade das concessionárias de Casinos e Bingos estão abrangidos pelos respetivos planos de contingência destas concessionárias, nomeadamente no que diz respeito às áreas de isolamentos e respetivos circuitos, bem como à utilização dos equipamentos de limpeza e higienização dos espaços.

Assim, identificam-se nas instalações da Sede do Turismo de Portugal e no Armazém da Póvoa de Santa Iria os seguintes procedimentos e circuitos:

2.2.1. Estabelecer uma área ou sala de “isolamento” e o(s) circuito(s) até à mesma;

A colocação de um trabalhador numa área de “isolamento” visa impedir que outros trabalhadores possam ser expostos e infetados. Tem como principal objetivo evitar a propagação da doença transmissível na empresa e na comunidade.

SALA DE ISOLAMENTO NA SEDE:

- **Localização:** Sala pequena de reuniões - 9.º piso (Edifício Sede)

- **Equipamento e materiais disponíveis na mesma:**

- Telefone;
- Cadeira;
- Kit com água e alguns alimentos não perecíveis;
- Contentor de resíduos (com abertura não manual e saco de plástico - com espessura de 50 ou 70 micron)
- Solução antisséptica de base alcoólica - SABA (no interior e à entrada desta área);
- Toalhetes de papel;
- Máscara(s) cirúrgica(s);
- Luvas descartáveis;
- Termómetro;

- Folha de registo e caneta

A instalação sanitária mais próxima (equipada com doseador de sabão e toalhetes de papel) deve ser utilizada exclusivamente pelo Trabalhador com Sintomas/Caso Suspeito.

- Circuito para a área de isolamento:

Na deslocação do Trabalhador com sintomas para a sala de Isolamento (**sala de reuniões pequena no 9.º Piso**), devem ser evitados os locais de maior aglomeração de pessoas/trabalhadores.

- **Trabalhadores cujo posto de trabalho se localize no Edifício Sede:** Utilizar o Elevador 1 (lado esquerdo quando voltado de costas para o Monta-Cargas).
- **Trabalhadores cujo posto de trabalho se localize no Edifício ARCIS:** Utilizar elevador até ao Piso -1, através da garagem aceder ao Elevador 1 (lado esquerdo quando voltado de costas para o Monta-Cargas) do Edifício Sede em direção ao Piso 9.

SALA DE ISOLAMENTO NO ARMAZÉM DA PÓVOA DE SANTA IRIA (PSI) -Jogo Ilícito:

- Localização: Sala de reuniões interior

- Equipamento e materiais disponíveis:

- Telefone;
- Cadeira;
- Kit com água e alguns alimentos não perecíveis;
- Contentor de resíduos (com abertura não manual e saco de plástico (com espessura de 50 ou 70 micron)
- Solução antisséptica de base alcoólica - SABA (no interior e à entrada desta área);
- Toalhetes de papel;
- Máscara(s) cirúrgica(s);
- Luvas descartáveis;
- Termómetro.

A instalação sanitária mais próxima (equipada com doseador de sabão e toalhetes de papel) deve ser utilizada exclusivamente pelo Trabalhador com Sintomas/Caso Suspeito.

- Circuito para a área de isolamento:

O trajeto a adotar em caso de eventual remoção de trabalhador sinalizado como potencialmente infetado é efetuado pelo seguinte trajeto:

- Saída em direção ao hall das fotocopiadoras;

- Descida pelas escadas até ao R/C junto à sala secundária de realização de exames periciais;
- Entrada no armazém (espaço de receção de máquinas) onde poderá ser parqueada ambulância.

2.2.2. Estabelecer Procedimentos Específicos;

A. Procedimentos Básicos para Higienização das Mãos

- Lavar as mãos com água e sabão durante pelo menos 20 segundos; se estes não estiverem disponíveis utilize um desinfetante para as mãos que tenha pelo menos 70% de álcool, cobrindo todas as superfícies das mãos e esfregando-as até ficarem secas;
- Sabão e água devem ser usados preferencialmente se as mãos estiverem visivelmente sujas.

B. Procedimentos de Etiqueta Respiratória

- Evitar tossir ou espirrar para as mãos;
- Tossir ou espirrar para o antebraço ou manga, com o antebraço fletido ou usar lenço de papel;
- Higienizar as mãos após o contacto com secreções respiratórias.

C. Procedimentos Básicos para Colocação de Máscara Cirúrgica

- Higienização das mãos antes de colocar e após remover a máscara;
- A máscara deverá ser colocada pelo próprio trabalhador;
- Deve ser verificado se a máscara se encontra bem ajustada (ou seja: ajustamento da máscara à face, de modo a permitir a oclusão completa do nariz, boca e áreas laterais da face. Em homens com barba, poderá ser feita uma adaptação a esta medida - máscara cirúrgica complementada com um lenço de papel). Sempre que a máscara estiver húmida, o trabalhador deve substituí-la por outra.

D. Processo Interno de Registo de Contactos com o Caso Suspeito

- A chefia direta deve registar o nome e contacto dos trabalhadores com os quais o caso suspeito tenha tido contacto recente, encaminhando via email, esta informação para a DRH (Elsa Cruz: elsa.cruz@turismodeportugal.pt)

E. Procedimentos num Caso Suspeito

Qualquer trabalhador com sinais e sintomas de COVID-19 e ligação epidemiológica, ou que identifique um trabalhador na empresa com critérios compatíveis com a definição de caso suspeito, informa a **chefia direta** (preferencialmente por via telefónica).

A chefia direta deve contactar, de imediato, o empregador:

- 1.º- **Elsa Cruz** OU, na impossibilidade
- 2.º- **Salete Pereira** OU, na impossibilidade
- 3.º- **Sónia Silva**

O elemento contactado informa a chefia direta que o trabalhador deverá aguardar no local por um elemento designado que o acompanhará à “área de isolamento”.

- Os elementos designados nas instalações da SEDE são:

- 1.º - **Salete Pereira** OU, na impossibilidade
- 2.º- **Elsa Cruz**

- O elemento designado nas instalações da Póvoa de Santa Iria (PSI) é:
Cláudia Relvas

O elemento designado, devidamente protegido, dirige-se ao posto de trabalho do caso identificado e fornece ao trabalhador com sintomas um kit de proteção individual (**máscara e luvas**), acompanhando o mesmo (**através do circuito definido**) até à área de “isolamento” (**sala de reuniões pequena no 9.º Piso – Sede | sala de reuniões interior - PSI**).

Sempre que possível deve assegurar-se a distância de segurança (superior a 1 metro) do doente.

O Trabalhador doente (caso suspeito de COVID-19) já na área de “isolamento”, contacta o SNS 24 (808 24 24 24).

Este trabalhador deve usar uma máscara cirúrgica, se a sua condição clínica o permitir. A máscara deverá ser colocada pelo próprio trabalhador, de acordo com o estabelecido nos procedimentos específicos (C. Procedimentos Básicos para Colocação de Máscara Cirúrgica).

O profissional de saúde do SNS 24 questiona o Trabalhador doente quanto a sinais e sintomas e ligação epidemiológica compatíveis com um caso suspeito de COVID-19. Após avaliação, o SNS 24 informa o Trabalhador:

- ***Se não se tratar de caso suspeito de COVID-19:*** define os procedimentos adequados à situação clínica do trabalhador;
- ***Se se tratar de caso suspeito de COVID-19:*** o SNS 24 contacta a Linha de Apoio ao Médico (LAM), da Direção-Geral da Saúde, para validação da suspeição. Desta validação o resultado poderá ser:

- ***Caso Suspeito Não Validado***, este fica encerrado para COVID-19. O SNS 24 define os procedimentos habituais e adequados à situação clínica do trabalhador. O trabalhador informa o empregador da não validação, e este último deverá informar o médico do trabalho responsável.
- ***Caso Suspeito Validado***, a DGS ativa o INEM, o INSA e Autoridade de Saúde Regional, iniciando-se a investigação epidemiológica e a gestão de contactos. A chefia direta do Trabalhador informa o empregador da existência de um caso suspeito validado na empresa.

Na situação de Caso suspeito validado:

- O trabalhador doente deverá permanecer na área de “isolamento” (com máscara cirúrgica, desde que a sua condição clínica o permita), até à chegada da equipa do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), ativada pela DGS, que assegura o transporte para o Hospital de referência, onde serão colhidas as amostras biológicas para testes laboratoriais;
- O acesso dos outros trabalhadores à área de “isolamento” (**Sala de reuniões pequena no 9.º Piso – Sede | Sala de reuniões interior - PSI**) fica interdito (exceto aos trabalhadores designados para prestar assistência);
- O empregador colabora com a Autoridade de Saúde Local na identificação dos contactos próximos do doente (Caso suspeito validado);
- O empregador informa o médico do trabalho responsável pela vigilância da saúde do trabalhador (através da Atlanticare: Telef. 213 569 008 | Telm. 962 121 112);
- O empregador informa os restantes trabalhadores da existência de Caso suspeito validado, a aguardar resultados de testes laboratoriais, mediante os
- O Turismo de Portugal (DRH) identifica junto de cada uma das Direções, e na sequência do levantamento anteriormente efetuado, quais os trabalhadores que, em função da especificidade das suas atribuições funcionais, serão indicados para **Regime de Teletrabalho**.

Os trabalhadores indicados deverão ser comunicados ao DTSI (Departamento de Tecnologias e Sistemas de Informação) para que se prepare o acesso através de portal para 200 a 300 trabalhadores, garantindo a possibilidade de trabalhar fora das instalações do Turismo de Portugal.

Este regime será implementado de forma faseada e priorizando as seguintes situações:

- **Trabalhadores com doença crónica;**
- **Trabalhadores cujas funções se coadunem com este regime**

O Caso suspeito validado deve permanecer na área de “isolamento” até à chegada da equipa do INEM ativada pela DGS, de forma a restringir, ao mínimo indispensável, o contacto deste trabalhador com outro(s) trabalhador(es). Devem evitar-se deslocações adicionais do Caso suspeito validado nas instalações do Turismo de Portugal.

F. **Procedimentos perante um Caso suspeito validado**

A DGS informa a Autoridade de Saúde Regional dos resultados laboratoriais, que por sua vez informa a Autoridade de Saúde Local.

A Autoridade de Saúde Local informa o empregador dos resultados dos testes laboratoriais e:

- Se o **Caso for infirmado, este fica encerrado para COVID-19**, sendo aplicados os procedimentos habituais da empresa, incluindo de limpeza e desinfeção. Nesta situação são desativadas as medidas do Plano de Contingência da empresa;
- Se o **Caso for confirmado, a área de “isolamento” deve ficar interditada** até à validação da **descontaminação** (limpeza e desinfeção) pela **Autoridade de Saúde Local**. Esta interdição só poderá ser levantada pela Autoridade de Saúde.

Na situação de Caso confirmado:

- O Turismo de Portugal deve:
 - Providenciar a limpeza e desinfeção (descontaminação) da área de “isolamento”, através de equipa de limpeza da empresa contratada para o efeito;
 - Reforçar a limpeza e desinfeção, principalmente nas superfícies frequentemente manuseadas e mais utilizadas pelo doente confirmado, com maior probabilidade de estarem contaminadas. Dar especial atenção à limpeza e desinfeção do posto de trabalho do doente confirmado (incluindo materiais e equipamentos utilizados por este), através de equipa de limpeza da empresa contratada para o efeito;
 - Armazenar os resíduos do Caso Confirmado em saco de plástico (com espessura de 50 ou 70 micron) que, após ser fechado (ex. com abraçadeira), deve ser segregado e enviado para operador licenciado para a gestão de resíduos hospitalares com risco biológico.
- A Autoridade de Saúde Local, em estreita articulação com o médico do trabalho (através da Atlanticare: Telef. 213 569 008 | Telm. 962 121 112), comunica à DGS informações

sobre as medidas implementadas no Turismo de Portugal, e sobre o estado de saúde dos contactos próximos do doente.

G. Procedimento de Vigilância Ativa de Contactos Próximos

Considera-se “contacto próximo” um trabalhador que não apresenta sintomas no momento, mas que teve ou pode ter tido contacto com um caso confirmado de COVID-19. O tipo de exposição do contacto próximo, determinará o tipo de vigilância (Gráfico B - Anexo).

O contacto próximo com caso confirmado de COVID-19 pode ser de:

- **Alto risco de exposição:**
 - Trabalhador do mesmo posto de trabalho (gabinete, zona até 2 metros) do Caso;
 - Trabalhador que esteve face-a-face com o Caso Confirmado ou que esteve com este em espaço fechado;
 - Trabalhador que partilhou com o Caso Confirmado loiça (pratos, copos, talheres), toalhas ou outros objetos ou equipamentos que possam estar contaminados com expetoração, sangue, gotículas respiratórias
- **Baixo risco de exposição” (casual),**
 - Trabalhador que teve contacto esporádico (momentâneo) com o Caso Confirmado (ex. em movimento/circulação durante o qual houve exposição a gotículas/secreções respiratórias através de conversa face-a-face superior a 15 minutos, tosse ou espirro).
 - Trabalhador(es) que prestou(aram) assistência ao Caso Confirmado, desde que tenha(m) seguido as medidas de prevenção (ex. utilização adequada da máscara e luvas; etiqueta respiratória; higiene das mãos).

Para efeitos de gestão dos contactos, a Autoridade de Saúde Local, em estreita articulação com o Turismo de Portugal (DRH em colaboração da chefia direta) e o médico do trabalho (Atlanticare), deve:

- Identificar, listar e classificar os contactos próximos (incluindo os casuais);
- Proceder ao necessário acompanhamento dos contactos (telefonar diariamente, informar, aconselhar e referenciar, se necessário).

O período de incubação estimado da COVID-19 é de 2 a 12 dias.

Como medida de precaução, a vigilância ativa dos contatos próximos decorre durante 14 dias desde a data da última exposição a caso confirmado.

- **Vigilância de Contactos Próximos de Alto Risco de Exposição:**

- Monitorização ativa pela Autoridade de Saúde Local durante 14 dias desde a última exposição;
- Auto monitorização diária dos sintomas da COVID-19, incluindo febre, tosse ou dificuldade em respirar;
- Restringir o contacto social ao indispensável;
- Evitar viajar;
- Estar contactável para monitorização ativa durante os 14 dias desde a data da última exposição.

- **Vigilância de Contactos Próximos de Baixo Risco de Exposição:**

- Auto monitorização diária dos sintomas da COVID-19, incluindo febre (medir a temperatura corporal duas vezes por dia, registar o valor e a hora de medição), verificação de tosse ou dificuldade em respirar;
- Acompanhamento da situação pelo médico do trabalho.

Se se verificarem sintomas da COVID-19 e o trabalhador estiver na empresa, devem iniciar-se os “E. Procedimentos num Caso Suspeito”.

2.2.3. Definir responsabilidades;

- Todos os trabalhadores devem reportar à sua chefia direta, uma situação de doença enquadrada como Trabalhador com sintomas e ligação epidemiológica compatíveis com a definição de caso possível de COVID-19;
- Sempre que for reportada uma situação de Trabalhador com sintomas, a chefia direta do trabalhador informa, de imediato, o empregador:

1.º- Elsa Cruz OU, na impossibilidade

2.º- Salete Pereira OU, na impossibilidade

3.º- Sónia Silva

- Nas situações em que o Trabalhador com sintomas necessita de acompanhamento, os o(s) trabalhador(es) que acompanha(m)/presta(m) assistência ao doente são:

1.º- Salete Pereira OU, na impossibilidade

2.º- Elsa Cruz

2.2.4. **Identificar os profissionais de saúde e seus contactos;**

O Turismo de Portugal disponibiliza em local acessível a todos -intranet / elevadores/ copas- os contactos do Serviço de Saúde do Trabalho (Atlanticare: Telef. 213 569 008 | Telm. 962 121 112)

2.2.5. **Adquirir e disponibilizar equipamentos e produtos;**

- **Solução antisséptica** de base alcoólica (SABA) já disponibilizada em sítios estratégicos (ex. zona de refeições, áreas comuns, área de “isolamento”), conjuntamente com informação sobre os procedimentos de higienização das mãos (divulgados na intranet/elevadores/casas de banho);
- **Máscaras cirúrgicas** para utilização do Trabalhador com sintomas (**caso suspeito**) já adquiridas;
- **Máscaras cirúrgicas** e luvas descartáveis, a utilizar, enquanto medida de precaução, pelos **trabalhadores que prestam assistência** (Salete Pereira/Elsa Cruz/Cláudia Relvas) ao Trabalhador com sintomas (caso suspeito) já adquiridas;
- Toalhetes de papel para secagem das mãos, nas instalações sanitárias e noutros locais onde seja possível a higienização das mãos já adquiridos;
- Contentor de resíduos com abertura não manual e saco plástico (com espessura de 50 ou 70 micra) (em processo de aquisição);
- Equipamentos de limpeza, de uso único, que devem ser eliminados ou descartados após utilização. Quando a utilização única não for possível, deve estar prevista a limpeza e desinfeção após a sua utilização (ex. baldes e cabos), assim como a possibilidade do seu uso exclusivo na situação em que existe um Caso Confirmado na empresa. Não deve ser utilizado equipamento de ar comprimido na limpeza, pelo risco de recirculação de aerossóis (a assegurar por empresa própria);
- Produtos de higiene e limpeza. O planeamento da higienização e limpeza deve ser relativo aos revestimentos, aos equipamentos e utensílios, assim como aos objetos e superfícies que são mais manuseadas (ex. corrimãos, maçanetas de portas, botões de elevador). A limpeza e desinfeção das superfícies deve ser realizada com detergente desgordurante, seguido de desinfetante (a assegurar por empresa própria);

2.2.6. Informar e formar os trabalhadores

- Divulgar o Plano de Contingência específico a todos os trabalhadores, via intranet;
- Esclarecer os trabalhadores, mediante informação precisa e clara, sobre a COVID-19 de forma a, por um lado, evitar o medo e a ansiedade e, por outro, estes terem conhecimento das medidas de prevenção que devem instituir;
- In(formar) os trabalhadores quanto aos procedimentos específicos a adotar perante um caso suspeito no Turismo de Portugal, nos termos do presente Plano de Contingência.

2.2.7. Diligências a efetuar na presença de trabalhador(es) suspeito(s) de infeção por COVID-19 no Serviço

- Acionar o Plano de Contingência do Turismo de Portugal para COVID-19;
- Confirmar a efetiva implementação dos procedimentos específicos estabelecidos;
- Procurar manter atualizada a informação sobre COVID-19, de acordo com o disponibilizado pela Direção-Geral da Saúde, Autoridade de Saúde Local e meios de comunicação oficiais.

ANEXOS

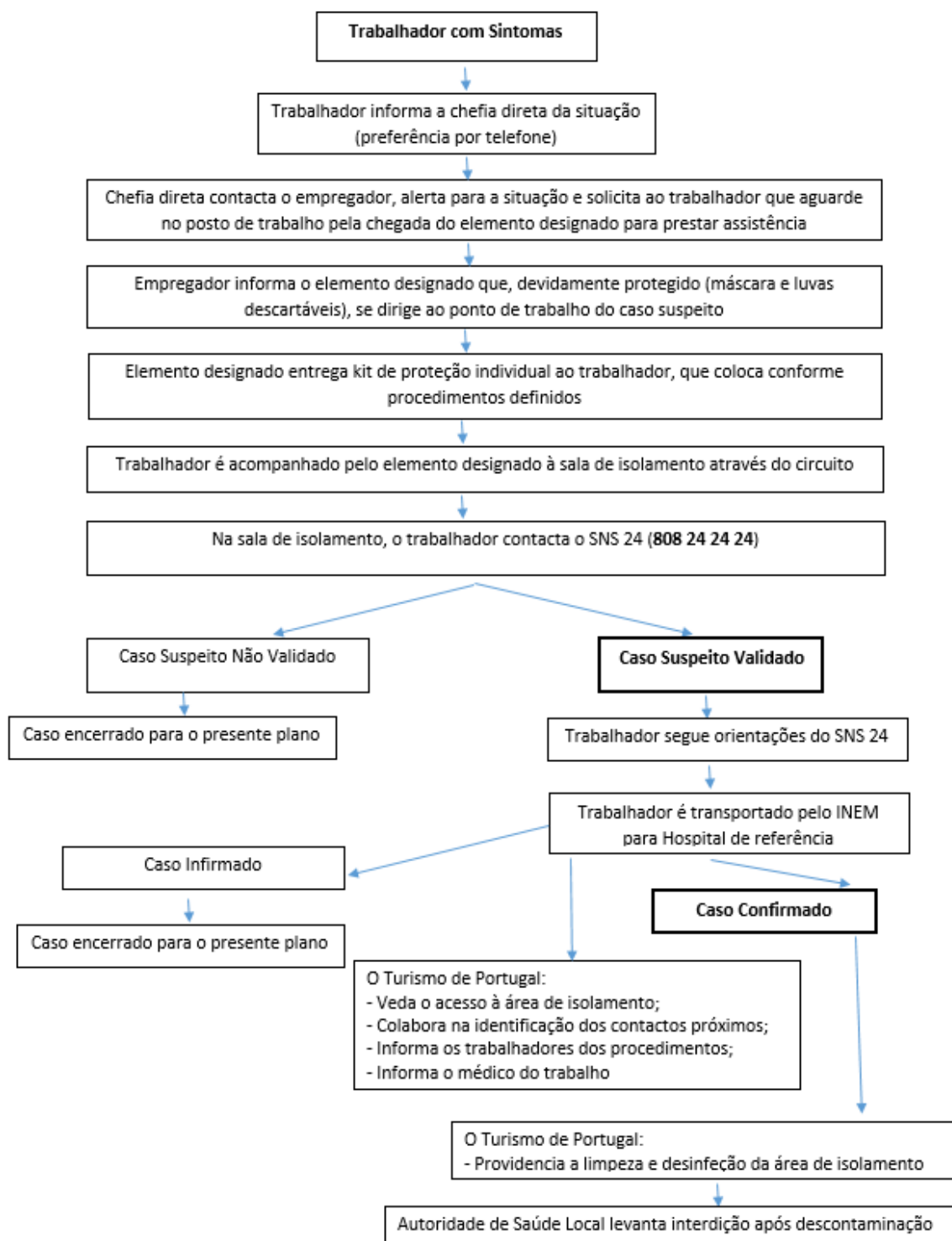


Gráfico A: Trabalhador com sintomas? O que fazer?



Gráfico B: Há um caso Confirmado? O que fazer?